

Teoria Contratualista



Teoria Contratualista

1. Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. Do espírito das leis. São Paulo Abril Cultural, 1979 (adaptado).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja:

- a) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
- b) consagração do poder político pela autoridade religiosa.
- c) concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
- d) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
- e) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

2. Não ignoro a opinião antiga e muito difundida de que o que acontece no mundo é decidido por Deus e pelo acaso. Essa opinião é muito aceita em nossos dias, devido às grandes transformações ocorridas, e que ocorrem diariamente, as quais escapam à conjectura humana. Não obstante, para não ignorar inteiramente o nosso livre-arbítrio, creio que se pode aceitar que a sorte decida metade dos nossos atos, mas [o livre-arbítrio] nos permite o controle sobre a outra metade.

MAQUIAVEL, N. O Príncipe. Brasília: EdUnB, 1979 (adaptado).

Em O Príncipe, Maquiavel refletiu sobre o exercício do poder em seu tempo. No trecho citado, o autor demonstra o vínculo entre o seu pensamento político e o humanismo renascentista ao:

- a) valorizar a interferência divina nos acontecimentos definidores do seu tempo.
- b) rejeitar a intervenção do acaso nos processos políticos.
- c) afirmar a confiança na razão autônoma como fundamento da ação humana.
- d) romper com a tradição que valorizava o passado como fonte de aprendizagem.
- e) redefinir a ação política com base na unidade entre fé e razão.

3. “[...] é preciso que examinemos a condição natural dos homens, ou seja, um estado em que eles sejam absolutamente livres para decidir suas ações, dispor de seus bens e de suas pessoas como bem entenderem, dentro dos limites do direito natural, sem pedir autorização de nenhum outro homem nem depender de sua vontade.”

(LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o governo civil*. Trad. Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 83.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o estado de natureza em Locke, é correto afirmar:

- a) Os homens desconhecem a noção de justiça, pelo fato de inexistir um direito natural que assegure a ideia do “meu” e do “teu”.
- b) É constituído pela inimizade, maldade, violência e destruição mútua, características inerentes ao ser humano.
- c) Baseia-se em atos de agressão física, o que gera insegurança coletiva na manutenção dos direitos privados.
- d) Pauta-se pela tripartição dos poderes como forma de manter a coesão natural e respeitosa entre as pessoas.
- e) Constitui-se de uma relativa paz, que inclui a boa vontade, a preservação e a assistência mútua.

4. A maior parte daqueles que escreveram alguma coisa a propósito das repúblicas o supõe, ou nos pede ou requer que acreditemos que o homem é uma criatura que nasce apta para a sociedade. Os gregos chamam-no *zoon politikon*: e sobre este alicerce eles erigem a doutrina da sociedade civil [...] aqueles que perscrutarem com maior precisão as causas pelas quais os homens se reúnem, e se deleitam uns na companhia dos outros, facilmente hão de notar que isto não acontece porque naturalmente não poderia suceder de outro modo, mas por acidente.

[...]

Toda associação [...] ou é para o ganho ou para a glória — isto é, não tanto para o amor de nossos próximos quanto pelo amor de nós mesmos. [...] se fosse removido todo o medo, a natureza humana tenderia com muito mais avidez à dominação do que construir uma sociedade. Devemos, portanto, concluir que a origem de todas as grandes e duradouras sociedades não provém da boa vontade recíproca que os homens tivessem uns para com os outros, mas do medo recíproco que uns tinham dos outros.

(HOBBS, T. *Do Cidadão*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p 28-29; 31-32.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento político hobbesiano, é correto afirmar.

- a) Hobbes reafirma o postulado aristotélico de que os homens tendem naturalmente à vida em sociedade, mas que, obcecados pelas paixões, decaíram num estado generalizado de guerra de todos contra todos.
- b) O estado de guerra generalizada entre os homens emerge, segundo Hobbes, da desigualdade promovida pela lei civil e pelo desejo de poder de uns sobre os outros.
- c) A ideia de que o estado de guerra generalizada ocorre com o desaparecimento do estado de natureza, onde todos os homens vivem em harmonia, constitui o fundamento da teoria política de Hobbes.
- d) Segundo Hobbes, para restaurar a paz que existia no estado de natureza, os homens sujeitam-se, pelo pacto, a um único soberano para subtrair-se ao medo da morte e, por sua vez, garantir a autopreservação.
- e) Segundo Hobbes, à propensão natural dos homens a se ferirem uns aos outros se soma o direito de todos a tudo, resultando, pela igualdade natural, em uma guerra perpétua de todos contra todos.

5. [...] só a vontade geral pode dirigir as forças do Estado de acordo com a finalidade de sua instituição, que é o bem comum, porque, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi o acordo desses mesmos interesses que o possibilitou. O que existe de comum nesses vários interesses forma o liame social e, se não houvesse um ponto em que todos os interesses concordassem, nenhuma sociedade poderia existir. Ora, somente com base nesse interesse comum é que a sociedade deve ser governada.
(ROUSSEAU, J. J. *Do contrato social*. 5. edição. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p.43).

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a relação entre contrato social e vontade geral no pensamento de Rousseau, é correto afirmar:

- a) A vontade geral, fundamento da ordem social e política, consiste na soma e, por sua vez, na concordância de todas as vontades individuais, as quais por natureza tendem para a igualdade.
- b) Pelo contrato social, a multidão promete obedecer a um senhor, a quem transmite a vontade coletiva e, por este ato de doação, torna-se povo e institui-se o corpo político.
- c) Pelo direito natural, a vontade geral se realiza na concordância manifesta pela maioria das vontades particulares, reunidas em assembleia, que reivindicam para si o poder soberano da comunidade.

- d) Por força do contrato social, a lei se torna ato da vontade geral e, como tal, expressão da soberania do povo e vontade do corpo político, que deve partir de todos para aplicar-se a todos.
- e) O contrato social, pelo qual o povo adquire sua soberania, decorre da predisposição natural de cada associado, permitindo-lhe manter o seu poder, de seus bens e da própria liberdade.

Gabarito

- 1.** D
- 2.** C
- 3.** E
- 4.** E
- 5.** D